

Revista Enfoques  
Universidad Central de Chile  
enfoques@ucentral.cl  
ISSN (Versión impresa): 0718-0241  
CHILE

2007  
René Castro Berardi  
A AÇÃO POLÍTICA DOS EMPRESÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA  
INDUSTRIA ELETROELETRÔNICA, ABINEE. 1989-2002  
*Revista Enfoques*, primer semestre, número 006  
Universidad Central de Chile  
Santiago, Chile  
pp. 149-172

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

Universidad Autónoma del Estado de México

<http://redalyc.uaemex.mx>





# A Ação Política dos Empresários da Associação Brasileira da Industria Eletroeletrônica, Abinee. 1989-2002

René Castro Berardi\*\*

## Resumen

Partiendo de la hipótesis de que la estructura de representación de intereses del empresario industrial asume diversos formatos según el momento histórico, el autor estudia los diversos Patrones de Acción Política (PAP) que la Asociación Brasileña de la Industria Electro-electrónica (ABINEE) desarrolló para promover su agenda de intereses a los poderes Ejecutivo y Legislativo.

El autor concluye su investigación indicando que la hipótesis de trabajo se ve validada en este estudio: la ABINEE tuvo las condiciones de crear e implementar varios modos de PAP, tanto a nivel estratégico, como táctico, objetivando la defensa de su amplia agenda de intereses.

**Palabras clave:** Brasil – economía – ABINNE - Patrones de Acción Política

## Abstract

Starting from the hypothesis that the interest representation structure of the industrial businessmen assumes different formats according to the historical moment, the author studies the diverse patterns of political action (PAP) that the Brazilian Association of the Electro-electronic Industry (ABINNE) developed to promote its agenda of interests towards the executive and legislative power.

---

\*\* Ingeniero Comercial, Universidad de Chile; Master en Sociología Política, Universidad Federal do Paraná; Post grado en Marketing Internacional, Fundação Getulio Vargas; Profesor de la Faculdade Internacional de Curitiba, Fundação Getulio Vargas y Universidade Federal de Santa Catarina; Coordinador del Departamento de Relaciones Internacionales del Grupo Educacional UNINTER, Curitiba; Presidente del Consejo Técnico y Académico del Centro de Relaciones Internacionales del Estado de Paraná, Miembro del Comité Asesor de Reforma Política de la Presidencia da la Federación de las Industrias del Estado de Paraná.

The author concludes his investigation pointing out that the hypothesis turns out to be validated in this study; the ABINEE had the conditions to create and implement several ways of PAP even both strategic level, and tactical level, objecting the defense of its wide agenda of interests.

**Key words:** Brazil – Economics – ABINNE – Patterns of Political Action.

## Introdução

A Abinee, como entidade empresarial, foi fundada em setembro de 1963, em São Paulo -SP, representando os setores elétrico e eletrônico de todo o Brasil e possui, como associadas, empresas nacionais e estrangeiras instaladas em todo país e de todos os portes. A missão da Abinee é “assegurar o desenvolvimento competitivo no setor elétrico e eletrônico do país, a defesa de seus legítimos interesses e sua integração à comunidade” (Abinee, 2007).

Esta entidade está atualmente sediada em São Paulo -SP e representa importantes segmentos como telecomunicações, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (GTD), informática, componentes eletrônicos, utilidades domésticas, automação industrial, equipamentos industriais e material elétrico de instalação. Em termos de representação econômica, o setor eletroeletrônico representava, em 2006, 4,7% do PIB nacional.

O comportamento político do empresariado brasileiro tem sido um tema de grande interesse na área acadêmica, devido ao papel como ator estratégico dos empresários no desenvolvimento político, econômico e social do país. Diversos autores centralizam seus trabalhos neste assunto, dentre os quais podemos destacar Renato Boschi e Eli Diniz (1978, 1999, 2000, 2001, 2004), Ana Maria Kirschner (1999), Maria Teresa Leopoldi (2000), Eduardo Gomes e Fabricia Guimarães (1999), Paulo Costa Neves (2005), Bianchi (2001), Wagner Marcuso (2004), Leonardo Andrada (2005) e Inácio Godinho (1997), entre outros.

O enfoque realizado por esses autores é apresentado a partir de visões diversas, mas que têm em comum a análise e avaliação do comportamento político do empresariado industrial para organizar, representar e defender seus interesses.

A estrutura de representação de interesses dos empresários industriais, segundo R. Boschi e E. Diniz, apresenta três características importantes. A primeira, está formada por uma estrutura *dual* que representa, por uma parte, o formato corporativo, instaurado e supervisionado pelo Estado, formada por sindicatos dos segmentos industriais, federações regionais e uma organização máxima a nível nacional com contribuição financeira obrigatória. Na outra parte, existe uma rede de associações paralelas que funciona à margem do sistema do Estado, que se organizam a nível nacional de forma autônoma, reunindo sócios de empresas de um determinado setor industrial com a filiação e contribuição financeira de caráter voluntário (Diniz & Boschi, 2000, p. 5).

A segunda assume uma forma *simétrica*, pois aceita uma dupla afiliação das empresas na associação e no sindicato e a existência de lideranças comuns que atuam em ambas as áreas. A terceira mostra uma forma *diversificada e complexa*, pois integra diversos formatos de participação de forma fragmentada e setorial, o que não permite, facilmente, articular interesses supra-setoriais ou nacionais (Diniz & Boschi, 2000, p. 6).

Segundo Maria Teresa Leopoldi, a representação dos interesses do empresariado industrial apresenta uma estrutura *dual, corporativista e híbrida*, porque está formada por federações, por um lado, e associações e centros industriais, por outro. As associações paralelas se caracterizam por representar grandes empresas e atuar junto às agências governamentais formando “anéis burocráticos” com grande autonomia ante o Estado de ação (Leopoldi, 2000, p. 31 e 299).

Para Diniz & Boschi (1999, 2000 e 2004), Leopoldi (2000) e Kischner (1999), o desenvolvimento histórico é um dos determinantes das formas de organização da representação de interesses dos empresários industriais. Desta forma, os três autores coincidem que a dualidade na representação dos interesses do empresariado se inicia na Era Vargas (1934-1950), mas para Diniz & Boschi, na década de 50 começa a surgir uma crescente setorialização na representação dos interesses do empresário industrial, provocada pela proliferação de agências governamentais que fazem o processo de industrialização complexo, além da ausência de uma organização de cúpula, capaz de representar o conjunto da classe empresarial (Diniz & Boschi, 1999, p. 89). Entre 1964 e 1984, a estrutura corporativa apresenta uma debilitação, enquanto a estrutura associativa cresce em presença, gerando uma departamentalização nas negociações e eficiência na apresentação da agenda de interesses (Diniz & Boschi, 1999, p. 94).

Para Leopoldi, após a Constituinte de 1988 surge um novo formato corporativista de representação de interesses, o qual está formado por um sistema semicorporativo (CNI, federações, sindicatos), sistema semi-oficial (associações), organizações para a mobilização como a União Brasileira dos Empresários, formada pela CNI, Fiesp, CNA e Febraban, e a alguns “Think Thaks” como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI (1989), e o Instituto Liberal (1983), que procuravam elaborar propostas de política industrial para este setor. Desta maneira, as entidades semicorporativas (federações), competem com as entidades semi-oficiais (associações) como interlocutores do Estado (Leopoldi, 2000, p. 305-307).

Segundo Diniz e Boschi, na década de 80, a participação dos empresários teve uma mudança importante pela sua participação na Constituinte de 1988, tanto através da disputa de cargos para o Congresso, quanto através dos debates e propostas apresentadas. Os interesses dos empresários estavam fortemente ligados a uma postura neoliberal, a qual defendia a diminuição e desregulação do Estado, a privatização da economia e a redefinição do modelo econômico (Diniz & Boschi, 1999, p. 97).

Como forma de iniciar uma nova maneira de negociação entre o Estado e as lideranças empresariais, em 1988, foram criadas as Câmaras Setoriais, como *lôcus* de discussão de

medidas de política industrial setorial a serem promovidas pelo governo. Estas reuniam representantes empresariais, sindicais e do governo e buscavam a forma de resolver problemas através da formulação de políticas em forma cooperativa, no entanto, em 1995, foram desativadas. (Anderson, 1999, p.1-2, Diniz & Boschi, 1999, p. 101).

A década de 80 também mostra uma crise de representação empresarial, criada por uma combinação de crise econômica permanente e política (Bianchi, 2001, p. 125).

Esta crise no setor empresarial faz com que novas entidades surjam de forma paralela à estrutura de interesses localizados nos sindicatos e associações. Dentre estas entidades surgem o Instituto Liberal (1983), visando difundir os valores de um mundo liberal; o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI (1989), que tinha como objetivo apoiar a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento industrial; e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE (1987), o qual visava dispor de um fórum de discussão de propostas de abrangência nacional (reforma política, reforma da educação), inicialmente para a Constituição (Bianchi, 2001, p. 135).

Com relação ao PNBE, segundo Bianchi, este foi mais uma profissão de fé do que um programa, já para Gomes e Guimarães, o PNBE foi uma reação à oligarquização das organizações corporativas (Fiesp, CNI) e atuou como uma força crítica à elas, além de ser uma nova voz dos empresários na área política que acabou fortalecido como um movimento social dos empresários no exercício da cidadania (Gomes e Guimarães, 1999, p. 81, Bianchi, 2001, p. 140).

Durante os anos 90, a estratégia de representação de interesses do empresariado industrial sofre uma *fragmentação de interesses*, no qual co-existem diversos segmentos industriais com interesses contraditórios aos interesses nacionais defendidos pelas organizações empresariais supranacionais, em que a Fiesp e o IEDI procuram um modelo econômico que prioriza o desenvolvimento, enquanto a CNI e a Firjan apóiam o ajuste fiscal (Diniz & Boschi, 2000, p. 24 e 100).

Segundo A. M. Kischner, numa perspectiva histórica, a mentalidade dos empresários apresenta diversas formas nas décadas de 80 e 90, no qual eles desenvolveram seus negócios baixo à tutela do Estado, onde o governo é forte e centralizado, com um frágil legislativo, produto da herança dos governos militares pós-64 (Kischner, 1999, p. 22).

A questão da articulação dos empresários, através das entidades representativas, com o poder político, é tratada no estudo realizado pelo professor Paulo R. N. Costa (2005), no qual são estudados os Padrões de Ação Política (PAP) realizados por duas entidades representativas do empresariado paulista: a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCSP), no período entre 1984 a 1994. (Costa, 2005, p. 112).

Os resultados do estudo mostram que: o comportamento destas entidades frente ao poder político é fragmentado e pouco institucionalizado na elaboração e implementação de políticas estatais; a participação das entidades é tímida na definição de políticas públicas, principalmente econômicas e na construção da democracia; a representação política do empresariado toma a forma corporativista, tanto nas associações como nos sindicatos não conseguindo mostrar uma posição “apolítica” ou “apartidária”; concentração maior da ação política em questões econômicas-financeiras e menos em ações que visavam a alteração do sistema político-institucional, finalmente, as duas entidades estavam mais atentas à modernização e profissionalização (estratégias) e menos dirigidas para a ação política tática (Costa, 2005, p. 119).

Podemos concluir, a estrutura de representação dos interesses dos empresários industriais assume diversos formatos dependendo do momento histórico de referência, como o explicam os autores anteriormente citados.

Desta forma, o problema que será estudado neste trabalho, está relacionado com os diversos Padrões de Ação Política (PAP), que ao empresariado industrial, especificamente a Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica -Abinee- desenvolveu para promover a agenda de interesses junto ao poder executivo e legislativo.

O período que será considerado pela pesquisa estará compreendido entre 1989 e 2002. Existem dois motivos pelos quais foi definido o mesmo. Primeiramente, corresponde a um período relativamente recente, no qual o Brasil passou por mudanças políticas e econômicas importantes que tiveram impacto na ação política dos empresários industriais; principalmente nos governos dos Presidentes Fernando Collor (1990-92) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994 - 1998 e 1998 - 2002). Em segundo lugar, por considerar a gestão de 4 presidentes da Abinee: Paulo Velinho (1989-92), Nelson Freire (1992-95 e 1995-98), Benjamin Funari (1998-2001) e Carlos Paiva (2001 a 2003).

Em resumo, o objeto de estudo deste trabalho são as diversas modalidades de Padrões de Ação Política (PAP) que a Abinee desenvolveu, entre 1989 e 2002, para promover e defender os interesses junto ao poder executivo e legislativo.

Conseqüentemente, a questão principal que norteará nosso estudo será: a partir de uma agenda de interesses estruturada pela Abinee, quais e como foram implementados os Padrões de Ação Política (PAP) com o objetivo de lograr uma articulação com os poderes executivo e legislativo, que permitisse lograr um conjunto de ações resultantes com impacto positivo/negativo para o setor eletroeletrônico.

## **1. OS INTERESSES DA ABINEE.**

A Abinee como entidade empresarial é uma sociedade civil sem fins lucrativos que representa os setores elétrico e eletrônico de todo o Brasil e sua missão é “assegurar o

desenvolvimento competitivo no setor elétrico e eletrônico do país, a defesa de seus legítimos interesses e sua integração à comunidade”.

“Fundada em setembro de 1963, possui como associadas, empresas nacionais e estrangeiras, instaladas em todo país e de todos os portes”.

“Sua importância como entidade de classe é função direta da representatividade do setor no contexto da economia brasileira, bem como da participação efetiva de seu quadro de associadas nas suas atividades” (Abinee, 2007).

No trabalho realizado identificamos que a estrutura dos interesses que representa a entidade caracteriza-se por conter demandas ligados a assuntos de política conjuntural, política econômica, política de comércio exterior, política internacional, política industrial, assim como interesses ligados aos segmentos da energia elétrica, telecomunicações, informática e componentes eletrônicos.

Como forma de analisar mais detalhadamente a estrutura dos interesses do setor, esta foi dividida em duas agendas:

#### 1. A **Agenda Nacional** que esta formada por:

- **Agenda política:** trata de demandas políticas e jurídicas
- **Agenda econômica:** assuntos ligados à política econômica (PE) e política de comércio exterior (PCE)
- **Agenda Internacional:** inclui temas das relações internacionais

#### 2. **Agenda do setor eletro eletrônico:** esta formada por:

- **Agenda industrial:** com demandas relativas à política industrial (PI) e ciência e tecnologia,
- **Agenda dos segmentos:** onde são apresentadas as demandas específicas de cada segmento: energia elétrica, telecomunicações, informática e componentes eletrônicos, principalmente.

Na **agenda política**, a entidade promoveu interesses relacionados ao poder executivo e legislativo, apresentando, entre outras, as seguintes reivindicações:

- Mínima intervenção do governo na economia
- Apresentação de propostas para a Constituinte no Congresso
- Crítica à falta de diálogo entre governo e empresários

- Fortalecer a representatividade política com a finalidade de melhorar a comunicação com o poder executivo e legislativo;
- Elaborar uma agenda política ampla para a realização das reformas fiscal, trabalhista, tributária e previdenciária;
- Apoio para a aprovação da Lei da Informática, Lei das Concessões do Serviço Público, e Lei das Telecomunicações.
- Participação na Constituinte de 1988 e na Reforma Constitucional de 1993;
- Realizar a reforma do Estado e a reforma política;
- Aumentar a participação dos empresários na formulação de políticas públicas;
- Apoio ao legislativo na aprovação das reformas fiscal, trabalhista, tributária e previdenciária;

Com relação à **agenda econômica**, as principais demandas da Abinee foram:

- Elaborar programa de privatização das estatais;
- Elaborar uma política industrial que gere estabilidade econômica com reestruturação do Estado e aumento do investimento em infra-estrutura;
- Coordenação única da política industrial e de comércio exterior;
- Proposta para o novo governo Lula: reforma tributária, política industrial definida, aumento das exportações e substituição competitiva das importações, diminuição do custo Brasil e descontrole cambial, diminuição do endividamento interno e externo.

Na **agenda de comércio exterior**, foram feitas as seguintes propostas:

- Elaborar uma política de comércio exterior com melhor sistema tarifário, diminuição dos impostos a exportação, mais acordos internacionais, simplificação e promoção das exportações;

A **agenda internacional** considerava as seguintes demandas;

- Apoio na participação no Mercosul e na formação da ALCA;
- Considerar o setor eletro eletrônico sensível nas negociações da ALCA;

A **agenda para o setor eletroeletrônico**, no referente à política industrial, compreende as seguintes demandas:



- Aumento do investimento em infra-estrutura nas telecomunicações, energia e transporte;
- Maior participação dos empresários e ações educacionais e desenvolvimento tecnológico;
- Aumentar a competitividade do setor;
- Aumentar a isonomia (igualdade de condições com relação as empresas estrangeiras) na competitividade no setor;
- Renovação da Lei de informática até o ano 2013;
- Aumento do financiamento para a indústria de energia;

A **agenda para os segmentos** eletroeletrônicos apresenta a seguinte estrutura de demandas:

#### **Energia elétrica:**

- Modernização e investimento energético;
- Superar a crises da energia;
- Isonomia para fornecedores nacionais;
- Aumento do investimento na produção energética.

#### **Telecomunicações:**

- Modernização do sistema;
- Definição das tarifas rentáveis;
- Isonomia para fornecedores nacionais;
- Privatização das empresas estatais.

Componentes eletrônicos:

- Definição de uma política industrial;
- Específica para segmento;
- Captação de investimento externo;
- Controle do contrabando e subfaturamento;
- Financiamento para o fabricante e consumidor nacional de componentes.

#### **Informática:**

- Mudanças na lei de informática;
- Redefinição da Zona Franca de Manaus, ZFM.

Desta forma, podemos obter as conclusões seguintes:

A política da Abinee postulou que a abertura da economia podia ser lenta e gradual na época do governo Collor, assim como procurar dar apoio a planos de governo que procuravam dar estabilidade e o crescimento a economia, como foi o caso do Plano Real. Também foi apresentada ao governo a necessidade de realizar as reformas estruturais (reforma política, tributária, fiscal e trabalhista), assim como diminuir a participação do Estado na economia, por médio da realização de processos de privatizações das telecomunicações e da energia elétrica;

No Poder Legislativo, a Abinee demandou a aprovação de leis que beneficiavam o setor, como foram a Lei da Informática, Lei das Concessões do Serviço Público, a Reforma Constitucional e a Lei das Telecomunicações;

Na área de Política Industrial a entidade procurou defender a gestão centralizada da política industrial, o aumento substancial dos investimentos em infra-estrutura de energia, telecomunicações e transporte, a melhoria da competitividade e qualidade do setor eletroeletrônico, implementação da isonomia industrial internacional nas concorrências públicas, e criação de linhas especiais de financiamentos para as empresas do setor de eletroeletrônico.

Na área de Política Econômica, a entidade procurou ter uma posição crítica ao processo de abertura comercial da economia, sugerindo que este processo fosse realizado de forma lenta e gradual, além de procurar sensibilizar o governo de manter uma estabilidade macroeconômica e de implementar medidas que permitissem baixar o custo Brasil.

Na área de Comércio Exterior, a Abinee procurou sensibilizar ao Poder Executivo da necessidade de aprimorar o sistema tarifário e de implementar medidas que procurem promover as exportações do setor eletroeletrônico através da diminuição dos impostos dos componentes eletrônicos, além de promover medidas efetivas para terminar com o contrabando e o subfaturamento.

Na área Internacional, a Abinee promoveu como interesse permanente o apoio ao processo de consolidação do Mercosul, assim como o apoio às negociações entre o Mercosul com a ALCA e União Européia.

A Abinee também buscava, estrategicamente, de participar ativamente em políticas, projetos, programas originárias autonomamente nos poderes Executivo e Legislativo. Da mesma forma, era de interesse da entidade receber o apoio dos órgãos governamentais para implementar, financeira e tecnicamente, seus projetos, através do estabelecimento de parcerias com os órgãos executores da Política Industrial.

Neste sentido, a entidade sempre teve como um dos mais importantes interesses o de manter diversos canais de diálogo permanente com os poderes Executivo e Legislativo, como forma de viabilizar a materialização de seus interesses empresariais.

Finalmente, podemos agregar que a ampla gama de interesses defendidos pela Abinee considerava tanto os interesses específicos dos segmentos que formam o setor eletroeletrônico, assim como com aqueles que diziam relação com conjuntura política e econômica nacional e internacional, dentro de uma estratégia que procurava a manutenção efetiva e ágil do diálogo com o Governo, através do estabelecimento de parcerias e outras formas. Por outro lado, a entidade buscava aperfeiçoar a estrutura organizacional visando reforçar a visibilidade política da entidade e a valorização efetiva dos interesses promovidos.

Da mesma forma, a Abinee mostra uma presença constante no debate dos problemas nacionais através de uma agenda de interesses diversificada, permitindo ter uma visibilidade política, ainda que a comunicação com os governos foi variada.

## 2. OS PADRÕES DE AÇÃO POLÍTICA (PAP) DA ABINEE.

Como foi explicado na introdução deste trabalho, o objeto da pesquisa é analisar os tipos alternativos de Padrões de Ações Políticas (PAP) utilizado pela Abinee para defender os interesses do setor eletroeletrônico, através de uma agenda de demandas, frente ao principal executor da política industrial, que é o Governo Federal, assim também junto ao poder legislativo para o período de 1989 a 2002.

Através da pesquisa realizada foi possível identificar as seguintes modalidades ou tipos de PAP utilizados pela Abinee para promover os interesses, os quais foram classificados em **estratégicos, táticos e organizacionais**.

- 1) **PAP Estratégicos:** são aqueles que apresentam uma ação de grande porte, tanto em termos de investimento como de abrangência/cobertura do público objetivo. Como exemplo podemos identificar as seguintes modalidades: os eventos anuais, almoços de confraternização de fim do ano e as campanhas institucionais ao nível nacional através da mídia, os documentos institucionais e o posicionamento institucional do presidente.
- 2) **PAP Táticos:** são aqueles que atuam de forma localizada com cobertura limitada no público objetivo, e que implica uma organização e investimento de pequeno porte. Exemplos: debates; visitas recebidas na Abinee e visitas da entidade em órgãos governamentais como ministérios e o legislativo.
- 3) **PAP Organizacionais:** são conjuntos de ações realizadas pela presidência da Abinee ao interior da entidade que visam aumentar a eficiência da gestão administrativa, aperfeiçoamento da prestação de serviços aos associados, melhorar a visibilidade e representação política junto aos poderes públicos e a sociedade e a realização de parcerias entre a Abinee e órgãos governamentais, entre outros.

Ao **nível estratégico**, podemos identificar:

- a) **Eventos:** são eventos anuais, entre os quais podemos destacar o Fórum de Debates ABINEE-TEC e Feira Internacional de Eletroeletrônico, que permitem um encontro entre as empresas do setor e as principais lideranças políticas, econômicas e empresariais, ao nível nacional como do setor eletroeletrônico. O Fórum ABINEE TEC tem como objetivo debater os problemas do setor e ser o espaço para apresentar as demandas deste. Este Fórum é realizado anualmente e permite que a Abinee possa reforçar sua visibilidade política junto aos poderes públicos e seus associados.
- b) **Almoços de confraternização:** este evento é realizado no fim do ano e visa apresentar uma avaliação das ações realizadas pela Abinee durante o ano, assim como as demandas do setor. Para este evento eram convidados autoridades políticas do Governo Federal (ministros) e diretores de órgãos governamentais diretamente ligados à implementação de política industrial do setor eletroeletrônico (Ministério da Indústria e do Comércio, Ministério da Ciência e Tecnologia, etc.), assim como autoridades estaduais (governadores e secretários) e lideranças empresariais.
- c) **Campanhas institucionais,** realizadas pela entidade com o objetivo de dar visibilidade junto à população. Estas campanhas estavam dirigidas a colocar em destaque problemas que afetavam a população, como a campanha realizada através da mídia maciça: “contra a recessão”, durante o governo Collor. Também foram realizadas campanhas de sensibilização da opinião pública com relação ao uso das baterias de carros, os cuidados do lixo no caso das baterias, etc. Ao **nível tático**, podemos identificar:

- a) **Encontros:** consiste na realização de encontros entre a diretoria da entidade e autoridades governamentais (ministros, diretores, etc.) com o objetivo de debater temas específicos, logrando-se, em várias oportunidades, chegar a acordos importantes, como foi o caso da criação da Câmara Setorial do Complexo Eletroeletrônico, participação no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), Fórum da Competitividade e Programa Especial de Exportação (PEE).
- b) **Visitas externas:** são aquelas realizadas pelo presidente, diretores e executivos da Abinee e gabinetes de ministros e autoridades do Poder Executivo e Legislativo, visando aumentar a visibilidade política. Para acompanhar as atividades do Poder Legislativo, a entidade criou a Diretoria de Ação Parlamentar (DAP) com o objetivo de apresentar as propostas da entidade aos deputados e senadores, visando legislar sobre o assunto de interesse do setor, além de acompanhar os processos legislativos das leis em debate que eram de muita importância para o setor eletroeletrônico. Os resultados alcançados no Legislativo podem ser ilustrados através da aprovação da nova Lei

2013/02 de Informática que estende os benefícios, a aprovação de medidas que reduz os impostos de IR e IPI na fabricação de circuitos interligados, a Lei de Licitação do Serviço Público e a Lei Geral das Telecomunicações.

- c) **Documentos institucionais:** tem como objetivo elaborar documentos que destacam importantes problemas do setor eletroeletrônico, assim como a apresentação de propostas de soluções para os mesmos. Alguns documentos apresentados foram: “Alerta à Nação” (sobre a crise do setor de energia e telecomunicações em 1991); “Retrato sem retoques” (ineficiência do sistema estatal das telecomunicações), 1992); “A indústria eletroeletrônica rumo à internacionalização, 1993; “Diretrizes para uma Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior para o complexo eletroeletrônico”, 1995; “A indústria eletroeletrônica no século XX!”, 1997; “As mudanças de mercado e os investimentos de competitividade”, 1999; “A energia do século 21”, 2000; “A competitividade da indústria eletroeletrônica”, 2001; “Constituição do setor elétrico para o desenvolvimento do Brasil”, 2002 e “Política de desenvolvimento para o complexo eletroeletrônico”, 2002, entre outros.

A elaboração destes documentos permitia manter canais de comunicação com as autoridades governamentais, especialmente os ministros da Indústria e Comércio, Telecomunicações, Ciência e Tecnologia, entre outros. Estes documentos eram entregues em encontros, eventos e visitas.

- d) **Posicionamento institucional da entidade,** através da palavra do presidente no editorial do principal veículo de comunicação da entidade (revista, boletim, informativos), com periodicidade mensal ou trimestral. Nos editoriais, o presidente fixava uma posição sobre temas específicos: Política Econômica, Política Industrial e de Comércio Exterior; conjuntura política, relações internacionais, avaliação econômica e industrial dos setores eletroeletrônicos, etc.

A participação do presidente da entidade no principal meio de comunicação permitia uma importante visibilidade política da entidade no setor empresarial nacional, no Poder Executivo e no Poder Legislativo, assim como no âmbito internacional.

Esta forma de apresentação dos interesses do setor, através dos editoriais, permitia que permanentemente estivessem sendo debatidos e negociados os interesses do setor com os responsáveis governamentais da Política Industrial através de encontros, debates, visitas e eventos de grande porte (Abinee-Tec e almoços de fim de ano). Também as propostas apresentadas através dos editoriais estavam contidas e sumariadas nos documentos institucionais que a entidade apresentava ao País. Desta forma, os editoriais tiveram grande valor como ação tática que permitia reforçar as ações estratégicas da Abinee.

Ao **nível organizacional** podemos identificar:

- a) **Programas de desenvolvimento interno:** a Abinee implementou uma série de programas visando o aprimoramento da estrutura da entidade, a eficiência dos serviços oferecidos aos associados, e o aumento da representatividade política na área governamental e legislativa ao nível nacional.

Desta forma, implementou diversos programas: Programa de Qualidade (para melhorar os serviços prestados); Programa “Repensando Abinee” (reestruturação interna e representatividade política; Programa “Alianças Globais” (acesso ao mercado internacional das PYMES); criação do *ombudsman* (receptor de queixas dos clientes do setor); criação do escritório em Brasília (acompanhar processos nos ministérios e relacionamento político); criação da área do meio-ambiente (busca de soluções para resíduos sólidos eletroeletrônicos); lançamento do boletim informativo (1989); jornal Abinee (1992); criação de entidades como a União Certificadora da Indústria Eletroeletrônica (1990).

- b) **Avaliação da atividade macro econômica e do setor eletroeletrônico:** através da elaboração de relatório periódico visando a elaboração de cenários futuros para o setor.

Desta forma, após ter definido os diversos tipos de PAP implementados pela Abinee para promover seus interesses, é importante conhecer quais foram os assuntos desenvolvidos ao nível da cada tipo de PAP, pois desta forma poderemos identificar a abrangência dos mesmos assim como sua efetividade. A partir da análises da mesma podemos obter as seguintes conclusões:

- Ao nível das áreas de interesse, a entidade desenvolveu um amplo esforço para estruturar uma agenda de interesses ampla e irrestrita que contivesse demandas relacionadas com os problemas nacionais (política econômica, política, etc), como aqueles diretamente relacionados ao setor (política industrial, telecomunicações, informática, energia e componentes eletrônicos).
- A Abinee mostrou uma alta capacidade organizacional e estratégica para poder desenhar e implementar uma ampla diversidade de PAP, tanto ao nível estratégico, como foram a organização de grande eventos, almoços de fim do ano e campanhas institucionais nacionais. No nível tático, também foram implementadas diversas atividades por médio da organização de encontros e visitas externas na Abinee, nas quais foram debatidos múltiplos assuntos. Também a presidência teve uma posição permanente de promover suas demandas através da revista, boletins, informativos. Da mesma forma, a entidade teve as condições de congregar os diversos setores e comitês técnicos com o fim de preparar os documentos institucionais com as demandas e propostas referentes à política industrial, política econômica, etc.

- As ações da Abinee permitiram chegar aos diversos níveis de decisão dos poderes públicos, especialmente no poder executivo, pois teve condições de criar canais de comunicação políticos expeditos ao nível da presidência da república, ministérios, governadores, senadores e deputados, assim como nos presidentes e diretores dos órgãos técnicos responsáveis pela política industrial. Desta forma, a Abinee mostra que a implementação das PAP permitiu ter uma boa visibilidade política.
- A Abinee esteve permanentemente preocupada de melhorar a eficiência da organização, através da criação e implementação de um conjunto de programas que tiveram o apoio da presidência. Esta melhoria permitiu que se tivessem desenvolvido e implementados diversos formas diferentes de PAP alcançando resultados positivos em relação a grande quantidade de assuntos debatidos.

### 3. AÇÕES RESULTANTES.

No capítulo anterior foram apresentadas um conjunto de atividades realizadas através da implementação de diversos tipos de PAP, cujo objetivo foi a de promover uma ampla agenda de interesses preparada pela Abinee, cujo resultado se expressou através da identificação de um conjunto de ações, que chamaremos de **ações resultantes**.

Vamos a definir como **ações resultantes** a aquelas atividades, programas e/ou medidas que foram resultado de a implementação de PAP dirigidas para os poderes executivo e legislativo visando a aceitação, por parte deles, das demandas do setor eletroeletrônico.

No entanto, convém aclarar que a ação resultante pode ter sido resultado de 3 possíveis situações:

- Resultado da ação autônoma do poder público, principalmente dos órgãos governamentais responsáveis pela política industrial do poder executivo, sem interferência da ação da Abinee;
- Resultado da ação direta da Abinee através da implementação eficaz dos PAP visando sensibilizar os órgãos governamentais para implementar medidas favoráveis ao setor;
- Resultado da ação em parceria da Abinee como os órgãos governamentais.

Através da pesquisa foi possível identificar um conjunto de ações resultantes, as quais foram classificadas da seguinte forma:

- Programas do governo com a participação da Abinee;

- Leis aprovadas para o setor eletroeletrônico.
- Medidas aprovadas pelo governo;
- Parcerias institucionais entre a Abinee e órgãos governamentais

Na área de política econômica, a Abinee manifestou-se contrária à decisão do governo de realizar a abertura comercial da economia de forma rápida, pelo fato de que seria gerada uma séria crise no setor eletroeletrônico, como realmente aconteceu.

Com relação ao Plano Real implementado pelo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, FHC, a entidade apoiou-o abertamente, já que foi uma ação que beneficiou alguns segmentos do setor eletroeletrônico. Porém, outros (como os componentes eletrônicos) tiveram uma séria crise existente até hoje.

Com relação à solicitação da Abinee quanto à urgente realização das reformas estruturais (tributária, fiscal, trabalhista e política), os poderes Executivo e Legislativo não as realizaram na intensidade solicitada, e sim foram realizadas pequenas reformas na área tributária e trabalhista que deram um “respiro” ao setor eletroeletrônico.

Com relação à reforma do Estado defendido pela Abinee, no sentido de diminuir a presença deste na economia, apresentando a necessidade de privatizar os setores de energia e telecomunicações. O Governo FHC realizou um processo de reestruturação do Estado através do início do processo de privatização do setor de energia e telecomunicações, resultando na criação de agências reguladoras (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL).

Na área do Legislativo, foram aprovadas diversas leis que eram de interesse da Abinee: Nova Lei de Informática, devido à extensão dos benefícios (2000); Lei Geral das Telecomunicações (que regulamentou a privatização do sistema, 1997); Lei das Concessões do Serviço Público, que reduz o Imposto de renda, IR, e o Imposto aos Produtos Industrializados, IPI, na fabricação de circuitos integrados e a nova Lei do Trabalho. Convém destacar que a aprovação destas leis obedeceu a um trabalho permanente de sensibilização tanto no Poder Legislativo quanto no Executivo, através da implementação dos PAP.

Na área da Política Industrial (PI), a Abinee não obteve os resultados esperados, pois o Governo não implementou uma das principais teses defendidas: a criação de uma coordenação/órgão que centralizasse todas as ações de Política Industrial.

Outra demanda defendida foi o solicitar aumento considerável no investimento no segmento de energia (por causa da crise do “apagão”), que também não foi atendida pelo governo, no entanto esta mesma demanda - para as telecomunicações - foi aprovada resultando num aumento substancial nos investimentos para a modernização e maior quantidade de linhas telefônicas.



Com relação à solicitação de uma melhoria da competitividade do setor, o governo procurou criar espaços para debater esta questão. Com isso, criou em forma autônoma, diversos programas: Programa de Qualidade e Competitividade (PBQP); Câmara Setorial Eletroeletrônico; Fórum de Competitividade; Programa Especial de Exportação e Câmara da Gestão para a Exportação. Em todos estes programas a Abinee foi convidada a se integrar, participando ativamente no comando de vários grupos de trabalho dos mesmos.

Com relação a implementações de medidas nas compras governamentais, a entidade defendia a isonomia (igualdade de oportunidades) para produtos brasileiros em relação à concorrência internacional, principalmente nos segmentos de energia e telecomunicações. No entanto, tais medidas não foram implementadas.

Outro tema que foi permanentemente de interesse foi a Zona Franca de Manaus (ZFM), na qual existia um conjunto de empresas do setor eletroeletrônico (eletrônicos, componentes, informática), as quais concorriam de forma desigual com produtos importados, resultando em contínuas crises. O Governo fez importantes mudanças na ZFM com relação à implantação do Processo Produtivo Básico (PPB), visando avaliar os subsídios a serem oferecidos às empresas do setor. Todavia estas medidas não geraram benefícios diretos para os produtos eletroeletrônicos produzidos na ZFM.

Com relação a defender o aumento das linhas de financiamento para projetos eletroeletrônicos, o Governo, através do BNDES e Banco do Brasil, ofereceu novas linhas de financiamento para as empresas associadas PMES, beneficiando-as diretamente.

Na área de Política Econômica, os Governos Collor e FHC não foram sensibilizados a realizar a abertura comercial de forma gradual, como era de interesse da Abinee, pelo contrário, a abertura foi rápida e aprofundada, gerando um aumento das importações de produtos eletroeletrônicos (especialmente componentes eletrônicos), o qual gerou uma crise dramática nas importações do setor - que ainda não foi superada.

Outra solicitação foi sensibilizar o Governo de manter uma estabilidade macroeconômica da economia, a qual foi obtida após o Plano Real.

A Abinee também lutou por medidas que pudessem baixar o Custo Brasil para promover as exportações do setor eletroeletrônico, entretanto o Governo não desenvolveu tais medidas, ao contrário, o Custo Brasil aumentou consideravelmente.

Na área de Comércio Exterior, o Governo realizou algumas medidas que beneficiaram o setor, como o aprimoramento do sistema tarifário, a promoção das exportações, através da criação do Programa Especial de Exportação e da Câmara de Gestão para a Exportação, em conjunto com a abertura de linhas especiais de financiamento para a importação e exportação de produtos eletroeletrônicos, através do BNDES.

A aprovação da extensão dos benefícios da Lei de Informática, também foi outro sucesso da entidade, pois foi uma bandeira defendida permanentemente.

Na área internacional, o Governo e a Abinee tiveram coincidências nos interesses, pois a entidade apoiou todas as estratégias de negociação governamentais com relação ao Mercosul, Alca e União Européia, assim como o Governo apoiou o interesse do setor de serem considerados “sensíveis” os produtos eletroeletrônicos na negociação da Alca.

O Governo desenvolveu uma série de iniciativas relacionadas ao melhoramento da produtividade do setor eletroeletrônico que contou com a participação ativa dos empresários da entidade, como foi o caso da sua participação no PBQP coordenando o subprograma de informática. Também a entidade foi convidada a ser membro do Conselho Executivo da ANEEL e ANATEL, no Fórum da Competitividade, na Câmara Setorial de Eletroeletrônicos, no Programa Especial de Exportação e na Câmara de Gestão da Exportação.

Por outro lado, a Abinee e o Governo realizaram uma série de projetos em parceria que beneficiou as empresas do setor eletroeletrônico. Podemos identificar parcerias entre a Abinee e o Sebrae, FINEP e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, ONUDI, (implantação do projeto de Bolsa de Subcontratação de Fornecedores); Abinee e Ministério de Ciência e Tecnologia (atendimento aos associados); Abinee e Sebrae/BNDES (posto avançado de atendimento); Abinee e BNDES (novas linhas de financiamento); Abinee e Sebrae (apoio às pequenas e micro-empresas para implantação do ISO 9000); Abinee, MCT e BNDES (bolsas para pesquisa tecnológica nas áreas de energia, informática e microeletrônica); Abinee e Unicamp (estudos que identificassem o tipo de empresas que eram mais viáveis de serem instaladas na área de semicondutores).

Finalmente, a Abinee também estava interessada em manter um canal de comunicação permanente com o Governo e o Legislativo, para o qual foram criados diversos momentos de diálogos entre as partes. Podemos identificar muitas vezes em que aquele reagiu favoravelmente, como foi na recepção dos diversos documentos apresentados, seja em reuniões fechadas ou em eventos de grande porte; na realização de debates sobre temas específicos, de interesse da entidade como do próprio Governo, assim como nas visitas realizadas em Brasília. Neste sentido podemos resumir que o diálogo entre ambas partes foi aberto e amplo, permitindo que as demandas da entidade fossem recepcionadas e analisadas em forma positiva.

#### **4. CONCLUSÕES.**

Finalmente, a atuação da Abinee na defesa dos interesses do setor eletroeletrônico através da implementação dos PAP, apresenta as seguintes conclusões:

A Abinee apresenta uma representatividade da classe empresarial do setor eletroeletrônico, na qual estão consideradas empresas líderes de grande porte e PMES; situados em setores altamente estratégicos (energia, telecomunicações, informática, componentes, etc.).

A entidade desenvolveu uma intensa atuação nos anos 90, mantendo um diálogo aberto e permanente com todos os governos da época, tanto ao nível de ministros como de executivos das empresas estatais;

A estrutura dos interesses promovida pela Abinee mostra que sempre esteve ligada à conjuntura política e econômica nacional e políticas setoriais e à conjuntura industrial dos segmentos apresentados pela entidade. Por esta razão observamos uma ampla diversidade de interesses promovidos Abinee, que procuraram gerar benefícios tanto à população, em geral, e aos empresários do setor eletroeletrônico, em particular;

Para promover a ampla gama de interesses, a Abinee desenvolveu diversas formas de atuação: os PAP, que demonstraram uma importante efetividade, tanto pela diversidade (posicionamento do presidente, eventos, encontros, almoços, campanhas institucionais, visitas externas e na Abinee, documentos, etc.), como pelo conteúdo (estratégico, tático e organizacional). Isto mostra que a entidade esteve permanentemente ativa na defesa de seus interesses, logrando a participação integrada dos associados, assim como de importantes segmentos nacionais, como as entidades empresariais nacionais e da população em geral;

Com relação aos resultados alcançados pela ação da Abinee, observamos que teve resultados positivos, no sentido de ser um permanente interlocutor na discussão dos problemas nacionais e setoriais com o Governo, um parceiro em diversos projetos com entidades governamentais; na obtenção de ações resultantes governamentais (medidas, leis, programas, etc.) que geraram importantes benefícios ao setor eletroeletrônico. Também teve assuntos nos quais o Governo não foi sensibilizado pela entidade e não se alcançaram os sucessos esperados, mas, em termos gerais, a Abinee teve condições de lograr resultados positivos que lograram manter a presença importante deste setor na economia nacional. Por outro lado, a entidade sempre esteve acompanhando e debatendo, em diversos foros, as tendências econômicas nacionais e internacionais, tecnológicas e produtivas, permitindo-lhe apresentar uma visibilidade política importante e respeitada na sociedade brasileira;

Com relação à hipótese de trabalho definida, podemos concluir que a mesma foi validada pelo estudo, pois Abinee teve condições de criar e implementar uma grande variedade de modalidades de Padrões de Ação Política, PAP, tanto ao nível ao nível estratégico (eventos, almoço do fim do ano e campanhas institucionais) e nível tático (encontros, visitas externas e visitas na Abinee, documentos institucionais e posicionamento do presidente), objetivando a defesa de sua agenda de interesses que compreendia assuntos de política econômica, política industrial, comércio exterior e relações internacionais internacional) e ações para os segmentos das telecomunicações, energia, informática, componentes;

A ação da entidade permitiu chegar a resultados satisfatórios, pois teve influencia na implementação de medidas governamentais e legislativas benéficas para o setor eletroeletrônico, o qual também teve sua comprovação na análises quantitativa apre-

sentada no quinto capítulo. No entanto, também comprovamos que alguns setores obtiveram maiores benefícios que outros. Este foi o caso das telecomunicações e da energia que lograram importantes logros como a privatização e regulamentação de ambos segmentos, sendo um importante objetivo perseguido pela Abinee durante a década dos 90. Enquanto que a informática apresentou alguns sucessos, como foi a extensão, até 2013, dos benefícios da Lei de Informática, mas que manteve um importante debate com o governo sobre as vantagens da Zona Franca de Manaus, não logrando totalmente a aceitação das suas propostas.

O segmento dos componentes eletrônicos foi o quem mais sofreu nos anos 90, pois foi quase dizimado pela política econômica e industrial dos governos da época, provocando uma diminuição de 200 empresas, no início do 90, para 50 no final da década. No entanto, a Abinee sempre teve como uma das bandeiras de luta a recuperação deste segmento, tanto pela sua posição estratégica para gerar valor agregado para o setor eletroeletrônico, assim como pelo monumental déficit comercial que apresentava (quase US\$ 6 bilhões no ano 2000).

Convém destacar que a Abinee sempre se manteve na frente da conjuntura política e econômica, mantendo um diálogo aberto com as autoridades governamentais, tomando posição frente às políticas macroeconômicas implementadas, as quais muitas vezes geravam efeitos contrários dentro do setor eletroeletrônico, gerando crescimento em alguns e provocando queda em outros.

No político, a Abinee também teve uma importante presença, seja marcando posição de apoio político ao governo da época (Collor e FHC). Convém destacar que ambos governos se caracterizaram por assumir posições em forma “insular” com relação à política econômica e política industrial. A Abinee como forma de interpenetrar esta situação, desenvolve diversas estratégias de aproximação seja na participação em programas e órgãos governamentais (PBQP e câmaras setoriais no governo Collor; Fórum da produtividade, Anatel, Anel,.,, no governo de FHC). No entanto, assume posições críticas frente aos modelos de abertura de Collor e modelo internacionalista de FHC, e apóia um modelo desenvolvimentista, coincidente com as posições promovidas pelo IEDI e a FIESP. Como forma de compensar as dificuldades de influir nas políticas governamentais, a entidade desenvolve uma permanente atividade no poder legislativo criando canais expeditos de comunicação política, através do lobby, desenvolvida pela Diretoria de Ação, parlamentar (gestão Vellinho e Freire) e logo pela Diretoria de Ação Governamental (gestão Funari e Paiva). Desta forma, a entidade participa nos debates no Congresso Nacional sobre política econômica e industrial, privatizações das telecomunicações, infra-estrutura energética, Lei da Informática, ZFM, etc. através da apresentação de propostas diversas. Com relação ao sistema político, a Abinee tem uma posição de manutenção do mesmo, através de posições que procuram promover uma diminuição do Estado e uma maior participação do setor privado. Com relação ao sistema partidário, freqüentemente suas posições foram apartidária, ainda que existiram casos que se assumiram posições políticas de apoio ao partido

governante, principalmente nas eleições presidenciais. A ação política da Abinee no setor empresarial também se caracterizou por assumir posições corporativas comuns com outras entidades (ABIMETAL, ABIMAQ, CNI) e participar de movimentos da classe empresarial (Marcha dos empresários para Brasília), ainda que também sofreu divisionismo na entidade como foi a separação das empresas dos segmentos de vídeo e som sediados na ZFM, que formaram outra entidade (ELETROS).

Finalmente, podemos destacar que a atuação dos quatro presidentes da Abinee, durante o período estudado, se caracterizou por uma dedicação para a entidade, sempre na busca de variadas formas de promover a agenda de interesses, a qual era resultado de debates internos entre os diversos comitês técnicos que representam todos os segmentos, gerando uma alta participação democrática na estruturação da agenda de interesses.

Da mesma forma, os presidentes sempre tiveram a preocupação de aprimorar o funcionamento organizacional da entidade, tanto na busca da eficiência na prestação dos serviços aos associados, como no aprimoramento dos canais de comunicação política com os poderes públicos, o meio empresarial e a sociedade brasileira.

Gostaríamos de terminar este trabalho apresentando um pensamento de cada um dos presidentes da Abinee:

#### **Presidente Paulo Vellinho (1989-1992):**

*“Nos continuaremos a escrever essa mesma história, marcando nossas posições com altivez, seriedade e isenção. Este é o nosso propósito. Este é o nosso alvo. Nós chegaremos lá”.*

Mensagem ao assumir a presidência da Abinee para o período 1989 a 1992. Abril 1989.

#### **Presidente Nelson Pereira Freire (1992-1995; 1995-1998):**

*“A esperança é um sentimento que cala fundo na alma Brasileira”.*

Mensagem ao assumir a presidência da Abinee para o período 1992 a 1995. Junho 1993

*“Vamos a crescer com o Brasil. Havemos de criar hoje as bases firmes e seguras para uma nova de crescimento da economia brasileira”.*

Mensagem ao assumir a presidência da Abinee para o período 1995 a 1998. Junho 1995.

#### **Presidente Benjamin Funari (1998-2001):**

*“Quanto maior for a participação de todos, tanto maior será o poder e a respeitabilidade da instituição perante a Nação”.*

Mensagem ao assumir a presidência da Abinee para o período 1998 a 2001. Junho 1998.

**Presidente Carlos de Paiva Lopes (2001-2003):**

*“Conto com todos, para que possamos cumprir a missão maior que nos cabe que é a de defender os legítimos interesses da indústria eletroeletrônica, contribuindo para um Brasil moderno, forte, socialmente justo e soberano”*

Mensagem ao assumir a presidência da Abinee para o período 2001a 2003. Maio 2001.

**Bibliografia**

Abinee. *Fórum Abinee*. Documento interno, São Paulo, 1978.

Abinee, *Democracia e iniciativa privada*, Documento interno, Curitiba, 1984.

Abinee, *Política Nacional de Informática*, Documento interno, Brasília, 1984.

Abinee, *Confiança no Brasil*, Documento interno, São Paulo, 1984.

Abinee, *Democracia e iniciativa privada*, Documento interno, Curitiba, 1984.

Abinee, *Pronunciamento de Posse do Dr. Paulo Vellinho na Presidência da Abinee/SI-NAEES*, São Paulo, 13/04/1989.

Abinee, *II Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica*, São Paulo, Novembro de 1978.

Abinee, *III Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica*, São Paulo, Novembro de 1981.

Abinee, *IV Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica*, São Paulo, Novembro de 1985.

Abinee. *Alerta à Nação*. Documento interno. São Paulo, 1989.

Abinee. *Alianças Globais*. Documento interno. São Paulo, 1997.

Abinee. *Proposta de reestruturação da Abinee*. Documento interno. São Paulo, 1996.

Abinee, *Panorama Econômico e Desempenho Setorial 1999, 2002*. São Paulo, 1999 e 2002.

Abinee. *Repensando a Abinee*. Documento interno. São Paulo, 1996.

Abinee. *A indústria eletroeletrônica brasileira rumo à internacionalização*. Fórum Abinee TEC 93. São Paulo, 1993.

Abinee. *Diretrizes para uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior para o complexo eletroeletrônico*. Fórum Abinee TEC 95. São Paulo, 1995.

Abinee. *A indústria elétrica e eletrônica no século XXI*. Fórum Abinee TEC 97. São Paulo, 1997.

Abinee, *Notícias Abinee*, nº 1 a 22, São Paulo, jan. 1989 a oct.1991.

Abinee, *Informativo Abinee*, nº 1 a 47, São Paulo, jul. 1991 a jul.1993.

Abinee, *Jornal Abinee*, nº 1 a 43, São Paulo, ago. 1993 a jun.1998.

Abinee, *Revista Abinee*, nº 1 a 21, São Paulo, ago. 1989 a dez. 2002.

Anderson Patrícia. *Câmaras Setoriais: histórico e acordos firmados – 1991/95*. Texto para discussão nº 667, IPEA, Rio de Janeiro, setembro 1999.

Andrada Leonardo. *Empresariado industrial e estratégias para o desenvolvimento : O IEDI no governo de Lula*. XXIX Encontro Anual da AMPOCS, 2005.

Boschi, R. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

Bianchi, Álvaro. *Crise de representação empresarial: O surgimento do pensamento nacional das bases empresariais*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 16, p.123-142, jun. 2001.

Costa, Neves, Paulo. *Empresariado e Institucionalidade Democrática: Idéias e valores políticos*. 3º Congresso Latino-americano de Ciência Política, Unicamp, Campinas, 2006

Costa, Neves, Paulo. *Empresários industriais e Estado no Brasil do século passado*. Revista de Sociologia Política. Nº 15, Curitiba, Nov. 2000.

Diniz, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. *As elites empresariais e a Nova Republica: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90*. Em empresa, empresários e sociedade, org. A.M. Kirschner e E. Gomes, Ed Sette Letras, Rio de Janeiro, 1999, p. 20-36.

\_\_\_\_\_. *A busca de um novo modelo econômico: padrões alternativos de articulação público-privado*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 14, P. 7-28, jun 2000 (b).

\_\_\_\_\_. *Empresariado, estado e desenvolvimento: nova tendência no linear do novo milênio*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

Diniz,E. e Bioschi, R. *Globalização do Setor Privado no Brasil nos anos 90*. 2000/2001.

\_\_\_\_\_. *Empresariado e estratégias de Desenvolvimento*. Artigo apresentado no XXVI anual da ANPOCS, Caxambu, outubro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os Empresários e o poder legislativo no Brasil, Contemporâneo*. Trabalho apresentado no XXIV encontro anual da AMPOCS, Petrópolis, RJ, 23 a 26 outubro de 2000 (a)

\_\_\_\_\_. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Ed. UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2004.

\_\_\_\_\_. *Articulação dos atores na implementação da Política Industrial: a experiência das câmaras setoriais – retrocesso ou avanço na transição para um novo modelo?* Nota técnica. Estado e Competitividade da Indústria Brasileira, MCT, FINEP. ‘Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_. *Reformas econômicas, elites empresariais e democracia no Brasil*. Texto apresentado no workshop Empresas e empresários II, UFF, out 2000.

Dulci, Otavio. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*, Ed. UFMG, Belo Horizonte, 1999.

Figueiredo A. e Limongi F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 1999.

Gomes E. e Guimarães F. *O Brasil em reformas e o corporativismo em transição: um estudo sobre os PNBE (Pensamento das Bases Empresariais)*. Em empresa, empresários e sociedade, org. A.M. Kirschner e E. Gomes, Ed Sette Letras, Rio de Janeiro, 1999, p. 20-36.

Godinho, Inácio. *A estratégia de um revés. Estado e associações empresariais em Minas*. Ed. UFFJF, Minas Gerais, 1997.

Kirschner, A.M. *Empresas Brasileiras dos anos 90: sucesso e mudança de mentalidade?* Em empresa, empresários e sociedade, org. A.M. Kirschner e E. Gomes, Ed Sette Letras, Rio de Janeiro, 1999, p. 20-36.

Marcuso, Wagner. *O lobby da indústria no Congresso Nacional: Empresários e Política no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado em Ciência Política, USP, 2004.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Resultados da Lei de Informática: uma avaliação*. Secretaria de Política de Informática e Tecnologia, Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR. *Estudos das Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das Zonas de Livre Comercio*. Brasília, 2002.



IEDI. *Agenda para o Projeto de Desenvolvimento Industrial, proposta IEDI*. São Paulo: 1998.

\_\_\_\_\_. *A política de desenvolvimento Industrial: o que é e o que representa para o Brasil*, São Paulo, 2004.

Leopoldi Maria Antonieta. *Política e Interesses: associações industriais, a política econômica e o Estado*. Ed., Paz e Terra, São Paulo, 2000.